



## Índice

- 01** [Em carta ao Governo, índios Terena ameaçam retomar “fazenda por fazenda”](#)
- 02** [Escolas Indígenas realizam troca de saberes](#)
- 03** [Cacique Xavante Damião Paridzané é homenageado](#)
- 04** [Terra Indígena: no campo de batalha](#)
- 05** [Quilombolas e Marinha selam acordo sobre terras em Mangaratiba](#)
- 06** [Associação quilombola no interior do RN receberá investimentos para projetos culturais](#)
- 07** [Comunidade quilombola receberá até R\\$ 280 mil para projetos](#)
- 08** [NAsH 'Soares de Meireles' realiza atendimento odontológico em criança indígena durante Operação Sorriso](#)
- 09** [Relatório da PEC 215 é uma aberração anticonstitucional e anti-indígena](#)
- 10** [MPF se manifesta contra a “privatização” da saúde indígena](#)
- 11** [UnB oferece bolsa de mestrado a indígenas e quilombolas](#)
- 12** [Os prefeitos da Paraíba ignoram as comunidades quilombolas](#)
- 13** [243 agricultores serão expulsos de área indígena em Montes Altos](#)
- 14** [Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas](#)
- 15** [Em aldeia no Rio, índios guarani mantêm sua própria língua](#)



- 
- 16**    [Ações da administração leva melhorias pra comunidade indígena](#)
  - 17**    [Comunitários acusam prefeitura de forçar acordo com Associação Quilombola do "Canhão"](#)
  - 18**    [Oficina sobre PAA e PNAE reuniu quilombolas no interior de Minas Gerais](#)
  - 19**    [Nepre realiza hoje seminário sobre legislação quilombola](#)
  - 20**    [Delegado desmente assassinato de adolescente guarani-kaiowá em Caarapó](#)
  - 21**    [Partidos obstruem reunião sobre a PEC de demarcação de terras indígenas](#)
  - 22**    [Abertas inscrições ao Processo Seletivo Indígena na UFRGS](#)
  - 23**    [Vestibular Indígena do Paraná acontece nesta quinta-feira, em Guarapuava](#)
  - 24**    [Integrantes do MST bloqueiam BR-262 em apoio a índios em MS](#)
  - 25**    [MST encerra protesto em apoio aos índios e libera BR-262 após 4 horas](#)
  - 26**    [Relator mantém demarcação de terras indígenas pelo Congresso Nacional](#)
  - 27**    [Nota em solidariedade aos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul](#)
  - 28**    [Exposição em Cuiabá retrata cultura indígena em telas e peças de cerâmica](#)
  - 29**    [Filmes sobre a temática indígena serão exibidos gratuitamente nos cinemas](#)



---

**Em carta ao Governo, índios Terena ameaçam retomar “fazenda por fazenda”**  
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 13.12.2014

*Indígenas reafirmam as ações de ocupação de terras e exigem apoio*

Os indígenas Terena, que moram em Mato Grosso do Sul, ameaçam, em carta ao Governo Federal, retomar “fazenda por fazenda” que esteja na terra indígena Taunay / Ipegue, ainda não demarcada oficialmente.

“Não há por parte do governo brasileiro nenhuma intenção de dar prosseguimento à demarcação de terras. É triste o facto de que nosso povo tenha de se organizar para buscar o território através das ações de retomada”, já que existirá “enfrentamento com capangas”, afirmou Lindomar Ferreira, 40 anos, do povo Terena.

Na madrugada do último dia 28, 200 indígenas Terena viram-se envolvidos com seguranças armados numa das fazendas de Mato Grosso do Sul, onde haviam montado um acampamento. E, é por conta desses confrontos que agora enviam uma carta formal ao governo, reafirmando as ações de ocupação e exigindo apoio.

“Não aceitamos que o governo falte com vontade política para resolver nosso impasse, que passa de geração a geração. Os que não morrem, ficam enfermos”, acrescentou Lindomar Ferreira.

O processo de demarcação de 33 mil hectares da terra indígena Taunay/Ipegue iniciou-se na década de 1980, mas foi suspenso em 2010 pela Justiça, após ações de fazendeiros da região. Em abril deste ano, a decisão judicial foi revogada, e, desde então o povo Terena aguarda a expedição de uma portaria do governo federal que dê continuidade ao processo.

Atualmente, afirmou Lindomar Ferreira, entre seis e sete mil indígenas Terena vivem em três mil hectares de terra, o que é insuficiente para sua subsistência. “O espaço não oferece perspectiva de vida, a terra está cansada e não temos espaço para produzir o nosso próprio alimento. Sempre vivemos da agricultura”, afirmou.

O restante da área reivindicada pelo povo Terena integra atualmente fazendas de criação de animais. Segundo Lindomar, as ocupações são pacíficas e, assim que as famílias chegam se instalam na terra, costumam levar arroz, feijão e açúcar para cultivo, além de lonas para o acampamento, com a esperança de fixar residência. Entretanto, sofrem retaliações de seguranças.

“A gente sabe que, se lutar, corre o risco de morrer. Mas, se ficarmos de braços cruzados, morreremos do mesmo jeito”, disse.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

Lindomar Ferreira realçou que os indígenas se apoiam em instituições como o Ministério Público e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para denunciar a violência e obter proteção. Apesar da disposição para reivindicar as terras, ele reconhece que, em 2015, o panorama não é favorável.

“A perspectiva é a de que a luta seja mais difícil, vemos um Congresso mais conservador e um governo reeleito que retrocedeu na nossa questão. Para o segundo mandato, esperamos que a presidente deixe transparecer uma imagem melhor, de quem já sofreu e lutou contra abusos”, disse o indígena, referindo-se à atuação política de Dilma Rousseff durante a ditadura militar brasileira.



---

**Escolas Indígenas realizam troca de saberes**

SÍTIO O ALTO URUGUAI, 13.12.2014

*Atividade reuniu indígenas de diversos municípios da região*

Um intercâmbio cultural entre as Escolas Estaduais Indígenas abrangidas pela 20ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Palmeira das Missões, foi realizado no dia 28 de novembro. A atividade denominada “Troca de Saberes” aconteceu na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Nãn Gã, em Iraí.

O projeto é uma iniciativa educacional intercultural desenvolvido pela Escola Nãn Gã, em conjunto com a 20ª CRE e com as demais escolas indígenas da região, que possibilita a partilha entre educadores e alunos do fazer pedagógico, cultural e artístico, bem como o resgate cultural indígena – momento que um ancião de cada aldeia faz relatos sobre a cultura de seu povo.

Representantes indígenas das tribos kaingangues e guaranis das escolas estaduais dos municípios de Iraí, Planalto, Liberato Salzano, Lajeado do Bugre, Erval Seco e Vicente Dutra, integraram a atividade.

### **Cacique Xavante Damião Paridzané é homenageado**

SÍTIO O REPÓTER DO ARAGUAIA, 13.12.2014



BRASÍLIA - No dia Internacional dos Direitos Humanos, a presidenta Dilma Rousseff homenageou os defensores dos direitos humanos no Brasil, o Prêmio Direitos Humanos 2014 fez 21 condecorações e duas menções honrosas, entre elas Paulo Freire e Cacique Damião Paridzané da Terra Indígena Marãiwatsédé. Cacique Damião luta há 46 anos pela Terra Indígena Marãiwatsédé, ele atua no combate à violação de direitos da sua comunidade. Em 1966, os Xavante de Marãiwatsédé foram expulsos de suas terras tradicionais, em uma articulação entre a Igreja Católica, os Fazendeiros, o Governo federal e a Força

Área Brasileira. Só em 2013, houve desintrusão total de não-indígenas da Terra Indígena Marãiwatsédé.

A 20ª edição do Prêmio de Direitos Humanos reafirma a missão de reconhecer a atuação fundamental do cacique Damião para divulgação de boas práticas e ações que promovem cidadania e garantia de direitos. A cerimônia integra a Quinzena pelos Direitos Humanos, promovida Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) em reconhecimento ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

#### **Povos Indígenas e a garantia de direitos**

Os projetos socioambientais e as práticas ancestrais de se relacionar com as florestas, vivenciado pelas populações indígenas, estão em risco pelos interesses do agronegócio. No Congresso Nacional brasileiro, temos uma maioria de parlamentares que estão comprometidos com a pauta do agronegócio. Desta forma, atualmente há diversos projetos de lei que desrespeitam a garantia dos direitos indígenas prevista na Constituição brasileira. Uma delas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional a competência sobre demarcações de terras. Sendo o Congresso dominado pela bancada ruralista, que é contra a demarcação de novas terras indígenas, a aprovação desta proposta seria a conclusão do extermínio dos povos indígenas brasileiros.

Os parlamentares ligados ao agronegócio estão querendo aprovar o parecer do relator da PEC 215 na Comissão Especial da Câmara ainda neste ano. Só neste mês, a Comissão Especial tentou forçar a votação da PEC duas vezes, porém os movimentos indígenas tem conseguido adiar as votações. Além da PEC 215, há outras Propostas de Emendas Constitucionais que tramitam no Legislativo, como a PEC 038/99, PEC 215 e PEC 237/13, que também ferem os

CONT.



direitos indígenas constitucionais. Fora estas, há ainda o Projeto de Lei (PL) 1610/96 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/12, que compromete direitos indígenas conquistados com a Constituição de 1988.

Uma alternativa que pode apaziguar, ou pelo menos resolver uma parcela dos problemas, é a regulamentação do direito à consulta para os povos e comunidades tradicionais, garantido na Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº169 da OIT), de 7 de junho de 1989, o qual o Brasil é signatário. A consulta pública aos povos indígenas, hoje, é o desafio posto aos povos indígenas e será de fato um grande passo. É uma ferramenta essencial na garantia do direito ao território e consequentemente à garantia necessária aos direitos coletivos.

#### Entenda a luta pelo território Marãiwatsédé

Após a deportação dos Xavante em 1966, se formou o maior latifúndio do mundo em cima de suas antigas aldeias e cemitérios. Erguia-se a gleba Suiá-Missu, posteriormente vendida para Agip do Brasil S. A., filial da corporação italiana Agip Petroli. Esse foi o primeiro passo para a grande destruição de um território tradicional. Depois de anos de exploração e da luta dos Xavante com apoio da comunidade internacional, representantes da Agip Petroli se comprometeram a devolver o território tradicionalmente ocupado pelos Xavante de Marãiwatsédé, durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Em seguida, a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou o processo de identificação e regularização fundiária da Terra Indígena Marãiwatsédé.

No mesmo ano de 1992, inicia-se o processo ilegal de ocupação e grilagem do território indígena, formando uma vila, pequenas e grandes propriedades rurais com silos grileiros, pastagens e lavouras. Este processo foi liderado por políticos, grandes ruralistas, pessoas do poder judiciário do Estado do Mato Grosso e até mesmo um gerente da fazenda Suiá-Missu. Diante de forças internacionais e luta do povo Xavante, a T.I. Marãiwatsédé foi homologada com 165.241 hectares através do decreto presidencial de 11 de dezembro de 1998, nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, São Felix do Araguaia e Alto Boa Vista, em Mato Grosso.

Apesar disso, as terras continuavam ocupadas por não-indígenas impedindo o retorno seguro do povo Xavante. Preocupados com suas terras, em 2003, os Xavante foram à Brasília pedir o apoio para montar um acampamento na beira da BR-158 para pressionar a reocupação do território tradicional. Com o apoio da Funai, eles conseguem em uma negociação em 2004 reocupar uma fazenda que corresponde apenas 10% de seu território. Os diversos invasores desmataram e destruíram boa parte do território dos Xavante, tendo sido considerada a terra indígena mais devastada da Amazônia brasileira. Os invasores que ocuparam o território indígena ilegalmente e ameaçam constantemente os indígenas de Marãiwatsédé, ofereceram propinas e fizeram horrores para que Marãiwatsédé não voltasse a ser dos Xavante.

Depois de longas décadas de luta pelo território tradicional, os índios Xavante de Marãiwatsédé retomam as suas terras, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal. Hoje, vivem o desafio de reconstruir seu território, principalmente em se tratando de recursos naturais para sobrevivência cultural, social, econômica e ambiental dos Xavante.

Escrito Por Ana Paula Sabino



### **Terra Indígena: no campo de batalha**

SÍTIO RÁDIO CAIARI, 13.12.2014

"Cada palmo de terra reconquistado pelos índios no Mato Grosso do Sul , é uma batalha". Com essa expressão Antônio Brand, que por mais de três décadas lutou pelos direitos desses povos, em especial dos Kaiowá Guarani, (lembrado com muito carinho e saudade) dá a dimensão do drama e da guerra permanente em que acontece a luta pelas terras indígenas neste Estado.

Ao visitar os acampamentos que hoje só no cone sul são mais de 30, o que salta aos olhos é o clima de permanente terror e temor em que vivem as comunidades que se encontram na beira das estradas ou em cantinhos ínfimos de seus tekohá, territórios tradicionais. "passaram a noite atirando por cima do nosso acampamento. Não dormimos e nos mantemos vigilantes, afirmam as lideranças, ao se referirem as situações de sobressalto em que vivem. As narrativas da presença e ação dos pistoleiros são aterrorizadoras. E vão narrando os inúmeros casos de ameaças e violências a que são submetidos nesse processo de luta pelos seus territórios. Castigados pela fome e doenças, ameaçados e discriminados, violentados em sua dignidade como pessoas e povo, lançam ao mundo seu grito e clamor, seu desespero e esperança.

#### **A luta contínua**

Ao visitarmos a comunidade Pueblito Kuê, município de Iguatemi, que há dois anos chegou a tamanho desespero que havia optado pelo suicídio coletivo como única atitude diante da morte decretada e a expulsão eminente de sua terra tradicional sagrada. Diante do clamor e grito mundial, a justiça revogou a reintegração de posse e determinou que permanecessem em um (pasmem !1)hectare de terra. Diante da total impossibilidade de duas dezenas de famílias sobreviverem com um mínimo de dignidade em degradante confinamento, ocuparam, recentemente, mais um pedaço de sua terra. A ordem de despejo e ameaças dos pistoleiros não tardaram. A comunidade resistiu bravamente, na certeza de que um dia seus direitos seriam respeitados e se fizesse justiça. Foi então proposto um acordo judicial em que ficou garantido à comunidade a permanência em 97 hectares. Ali os encontramos fazendo barracos e preparando a terra para lançar as sementes. É momento de respirar mas sem desistir de seu direito à terra. Fazem o apelo para o governo cumpra a Constituição e demarquem logo a terra.

#### **Kurusu Ambá – cruzeiros, sementes e o último recado**

Um dramático apelo vem da massacrada comunidade de Kurusu Ambá. Em carta e vídeo lançam o último recado às autoridades "venham até aqui. Daqui não sairemos jamais. Venham nos enterrar. Chega de prazos para nos despejar.

É a situação de guerra suja, velada ou aberta, tentando matar o corpo e alma desse povo, pisotear sua resistência e dignidade. Situação infame que envergonha qualquer ser humano

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

que se preze e tenha sentimentos, qualquer país que respeite minimamente os direitos humanos.

Com eles passamos noites de reza e celebração, dias de angústia e medo, tempos de lançar a semente da esperança para colher frutos de justiça. Que a alegria das crianças contagie a desesperança e amoleça os corações empedernidos dos responsáveis s por essa situação tão insana de negação da terra aos seus habitantes originários.

Poderia continuar narrando inúmeras situações de violência num rosário de sofrimentos, qual repórter de guerra em campo de batalha!

Prefiro fazer coro com os resistentes povos da esperança na crença de que jamais serão vencidos.

Fonte: [www.pom.org.br](http://www.pom.org.br)

Autor: Egon Dionísio Heck, secretariado do Cimi



## **Quilombolas e Marinha selam acordo sobre terras em Mangaratiba**

SÍTIO O DIA, 13.12.2014

*Disputa na Marambaia já durava mais de 100 anos*

Athos Moura

Rio - Dona Luiza Alves, de 77 anos, a quilombola mais velha da Ilha de Marambaia, em Mangaratiba, está feliz. Um acordo fechado com a Marinha no mês passado garantiu o direito à comunidade a uma porção de terra daquele pedaço de paraíso, depois de mais de cem anos de expectativa. "O que mais me entristecia era que nossos filhos tinham que ir embora para buscar melhores condições. Acredito que tudo ficará bem".

Certamente, os tempos serão outros. Os 349 quilombolas, que formam 101 famílias e vivem em 96 casas, ganharam direito a aproximadamente 530 mil m<sup>2</sup> de terra. Antes do acordo, eles eram impedidos de construir novas casas na ilha. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado prevê a construção de mais 25 residências em caráter emergencial.

Segundo o imediato do comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, capitão-de-mar-e-guerra Carlos Chagas, que participou da negociação do TAC, a conciliação foi importante para os dois lados. "Os moradores vão ficar com os locais que já usavam, e nós com os nossos. Demos espírito de legalidade à forma como a ilha já funcionada. Os moradores se sentem mais seguros porque sabem que agora são donos da terra deles", disse Chagas.

A comunidade quilombola da Ilha de Marambaia conseguiu ter direito à terra após mais de cem anos de luta por reconhecimento. Eles compartilham o lugar com a União: ali há uma importante unidade dos Fuzileiros Navais.

As partes encerraram uma briga judicial que ganhou mais força em 1998, quando foi pedida a reintegração de posse em favor dos militares. Eles assinaram o TAC para ter de direito a posse de parte da ilha, em nome da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha de Marambaia (Arquimar). A titulação da terra foi dada de forma coletiva em favor da que definirá a destinação das casas, que não poderão ser vendidas. O TAC também prevê que outras 89 pessoas que deixaram a ilha possam voltar a morar em Marambaia.

Dona Luiza lembrou que, apesar do processo na Justiça, os quilombolas e os militares tinham uma convivência muito boa. Pescadora, como outros 181 moradores, ela deu à luz a dez filhos, sendo que dois nasceram com apoio de médicos militares. Além disso, o transporte tem sido feito em embarcação da Marinha, que leva os moradores da ilha até Itacuruçá. Os tempos difíceis, espera Dona Luiza, são agora coisa do passado.

CONT.



---

**Doação de antigo dono foi só verbal**

A ilha era de propriedade de um senhor de escravos conhecido como Comendador Soares. Quando Soares morreu, teria deixado a propriedade para os seus ancestrais escravos. Mas o acordo foi apenas verbal. A viúva vendeu a ilha para uma empresa, que, após falir, passou-a para a União, em 1905.

A propriedade foi repassada para a Marinha, que construiu uma escola de aprendiz de marinheiro. Em 1938, no governo de Getúlio Vargas, foi construída uma escola profissionalizante de pesca, a Darcy Vargas, que trouxe diversos alunos para a ilha.

A escola funcionou até 1971 e voltou a ser uma base dos Fuzileiros Navais, que criou um centro de adestramento, que opera até hoje. Em 1998, a Marinha entrou com um pedido de reintegração de posse para retirar os quilombolas do local. Em 2002, um promotor público federal entrou com um ação cível pública contra a Marinha. O TAC foi assinado no dia 27 de novembro.

**Parceria garante preservação cultural**

Além da pesca, os quilombolas plantam na ilha — principalmente aipim, batata doce e banana, para subsistência. Contudo, antes da assinatura do TAC, eles não podiam ampliar suas plantações. Além disso, para o morador Hécio Santana o TAC é uma garantia para a cultura do jongo e da capoeira, tradição no quilombo, que terão espaço especial para serem celebrados, na antiga senzala: "Nós quilombolas tivemos posse da terra e isso é muito importante. Vamos poder dar continuidade a nossa existência e tradição por muitas gerações", diz Hécio.

Com o TAC, ambas as partes se comprometeram a preservar a ilha para que os interesses da Defesa Nacional, dos moradores e do meio ambiente sejam garantidos. Na região, existe um dos últimos trechos de mata atlântica nativa do Brasil.

Segundo o TAC, a ilha permanecerá como área militar, orientada para o treinamento de tropas militares tanto no meio ambiente como em simuladores. A Marinha também realiza cursos para civis, como por exemplo, para pesquisadores que vão atuar no Ártico e recebem orientações sobre sobrevivência, liderança e convívio.

Na Ilha de Marambaia, o Corpo de Fuzileiros Navais tem duas unidades, o Centro de Avaliação, que desempenha atividades operacionais e o comando doutrinário, que estabelece normas e condutas da corporação. Em 2013, o Ministério da Defesa considerou a ilha como área de interesse para a Defesa Nacional.



---

**Associação quilombola no interior do RN receberá investimentos para projetos culturais**

SÍTIO PONTO DE VISTA, 14.12.2014

Danças, músicas e culto a tradição africana foram apresentadas neste domingo (14) pela Associação Quilombola Negros Felicianos do Alto, no município de Portalegre que fica no Alto Oeste do Rio Grande do Norte. A comunidade será contemplada nos próximos anos com investimento do projeto RN Sustentável do Governo do Estado.

A comunidade tem cerca de 30 famílias que mantêm a tradição e a cultura das comunidades quilombolas através de dança, artesanato e capoeira. Antonia da Conceição Bessa, 62 anos é um exemplo. Ela é neta da fundadora do grupo de dança São Gonçalo e hoje suas filhas e netas continuam com ela na atividade. "Essa dança me lembra a minha mãe e todas as mulheres daqui que lutam para que nossa cultura nunca acabe", destacou.

O grupo se denomina "multireligioso" e rende homenagens a São Gonçalo, uma espécie de santo para os católicos e preto velho, na cultura africana do candomblé.

E para quem pensa que os descendentes dos quilombolas só pensam na cultura, as primas Maria Vilania, de 69 anos e Maria Marcelina, de 64 anos mostram uma outra realidade. Elas produzem e vendem artesanato na cidade de Portalegre e nas feiras em todo o Alto Oeste. A comunidade também conta com mais de 120 capoeira.

As mulheres jovens também participam da cultura, como o grupo Maneiro Pau que já fez apresentação em todo o Rio Grande do Norte e reforçam o potencial do turismo da serra de Portalegre.



---

**Comunidade quilombola receberá até R\$ 280 mil para projetos**

SÍTIO NOMINUTO.COM, 14.12.2014

*Recursos serão aplicados na construção de um novo espaço objetivando a instalação de uma mini fábrica de confecções.*

As cerca de 30 famílias que vivem no assentamento dos Negros Feliciano do Alto, localizado na comunidade quilombola de Sobrado, em Portalegre, ganharam um reforço para investir nas potencialidades locais.

Com recursos oriundos do RN Sustentável, projeto do Governo do Estado, a comunidade receberá R\$ 280 mil para aplicar na construção de um novo espaço objetivando a instalação de uma mini fábrica de confecções.

A renda da comunidade é proveniente da produção de caju e reaproveitamento da castanha, mas a expectativa é que com os recursos as famílias conquistem uma nova fonte de renda: o artesanato.

"Era um sonho conseguir esse espaço e acredito que agora só temos a ganhar e melhorar a nossa economia", ressaltou Maria de Fátima Gomes.

A técnica do Núcleo de Assistência Social do RN Sustentável, Cristina Dantas, disse que esse não será o único benefício. "Ainda serão desenvolvidas ações voltadas para o trabalho em grupo buscando sanar as fragilidades e aprimorar as potencialidades, como apoio técnico para que eles possam oferecer um trabalho de qualidade", disse.

Os recursos fazem parte do edital dois do RN Sustentável, que busca investimentos ligados à economia solidária.

Neste primeiro momento do projeto, serão 12 comunidades tradicionais beneficiadas, em um total de 21 identificadas pelo último Estado de Avaliação de Impacto Socioambiental, sendo três indígenas e 18 quilombolas. Portalegre soma quatro comunidades quilombolas.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

**NAsH 'Soares de Meireles' realiza atendimento odontológico em criança indígena durante Operação Sorriso**

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 14.12.2014

Durante os atendimentos realizados na “Operação Sorriso”, em pacientes encaminhados pela triagem, uma criança indígena de 2 anos da Etnia Pirahã recebeu, no último dia 9 de dezembro de 2014, o tratamento odontológico necessário para a realização da cirurgia de fissura labial (lábio leporino) e palatal (fenda palatina) no Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) “Soares de Meirelles”.

A comunicação entre o pai do pequeno Higohoi e a Odontopediatra, Primeiro-Tenente (RM2-S) Ula, foi realizada por meio da enfermeira da Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), localizada em Porto Velho, Rondônia.

Higohoi e os demais indígenas identificados com lábios leporinos pela CASAI vieram da aldeia, localizada no município de Humaitá aproximadamente 200 km distante de Porto Velho, para realizar as suas cirurgias.

Fonte: Primeiro-Tenente Andréa Brito  
Comando do 9º Distrito Naval

## **Relatório da PEC 215 é uma aberração anticonstitucional e anti-indígena**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.12.2014

*Leia o Editorial do ISA sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que atenta contra os direitos dos povos indígenas*



Impedidos de entrar na sala da comissão especial, índios protestam nos corredores da Câmara contra a PEC 215.  
Foto: Valter Campanato – Agência Brasil

No apagar das luzes da legislatura, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou novo relatório sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Originalmente, o projeto pretendia transferir do Poder Executivo para o Legislativo a decisão final sobre a demarcação das Terras Indígenas (TIs). A proposta, em si, já é uma excrescência, pois viola o princípio da divisão de competências entre os poderes ao atribuir uma função administrativa a um Congresso que tem tido dificuldades para legislar, encontra-se pulverizado em dezenas de partidos e de grupos de interesse corporativos e não dispõe de representação indígena.

Mas o relator foi muito além em seu novo parecer, incorporando outras propostas que transformam a PEC numa ampla grade de exceções de direitos, abrindo as TIs à implantação de todos os tipos de empreendimentos econômicos, obras de infraestrutura, assentamentos de não índios e, inclusive, exclusão de propriedades privadas ou ocupações consolidadas dessas terras. É como se fossem anuladas todas as garantias introduzidas pelos constituintes no caput e nos sete parágrafos do artigo 231 da Constituição e demais dispositivos referentes aos direitos indígenas.

Pior: o relatório incorpora um dispositivo de cunho retroativo, permitindo rever os limites de TIs já demarcadas, violentando direitos adquiridos e submetendo à mais completa insegurança jurídica tudo aquilo que o estado brasileiro fez nas últimas décadas para reparar as injustiças históricas praticadas contra os povos indígenas. Note-se que o deputado Serraglio, que também relatara a PEC na Comissão de Constituição e Justiça, havia, então, excluído de seu texto disposição similar por ser inconstitucional.

Explica-se: o deputado não é um relator efetivo, mas, segundo escutas realizadas pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal, prestou-se a subscrever um parecer que pode ter sido elaborado por Rudy Maia Ferraz, advogado que prestou serviços remunerados para a Confederação Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (saiba mais).

CONT.



Também cabe registrar que a comissão especial da PEC 215, dominada por ruralistas e que pretende aprovar esse espúrio relatório, não se prestou a consultar os índios, sujeitos fundamentais de direitos, no caso. Sua agenda priorizou audiências que se realizaram em sindicatos rurais patronais situados em regiões de conflito. Numa audiência realizada em Vicente Dutra (RS), em novembro, o deputado ruralista Luís Carlos Heinze (PP-RS) ofendeu índios, quilombolas e gays. O também ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) incentivou produtores rurais a usar segurança privada para expulsar indígenas das terras que consideram suas. Ambos são integrantes da comissão. Os discursos dos parlamentares foram registrados em vídeo (veja aqui).

A audiência às partes interessadas é indispensável à tramitação de qualquer alteração à Constituição e, no caso, a exclusão dos índios violou, também, a exigência de consulta prévia aos povos indígenas e populações tradicionais prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo próprio Congresso e que tem status de lei.

O relatório Serraglio não se limita a ofender a Constituição no que tange aos direitos indígenas. Mesmo reconhecendo expressamente a impossibilidade de analisar outras PECs apensadas à 215, emite parecer favorável a elas, viabilizando a sua tramitação rumo ao plenário sem qualquer discussão e, mesmo, sem que os segmentos sociais ou agentes públicos respectivos tenham sequer conhecimento dessas outras alterações do texto constitucional que afetam, também violentamente, os direitos dos quilombolas e dos extrativistas, além de desorganizar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Embora a presidente Dilma Rousseff tenha reafirmado a sua oposição à PEC 215, o governo e suas lideranças na Câmara vêm assistindo passivamente à sinistra evolução da sua tramitação. Parecem não perceber que, além dos direitos fundamentais dos índios e das populações tradicionais, também estão em jogo passivos fiscais, potencialmente monumentais, implícitos em algumas das pretensões reacionárias incorporadas ao texto.

Antes mesmo do relatório, a PEC 215 já havia sido objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF), tendo o seu relator, ministro Roberto Barroso, evitado intervir em estágio ainda inicial do seu processo legislativo. Porém, mesmo não constando do texto por ele analisado as demais ilegalidades inseridas no atual relatório, não se furtou a antecipar um contundente juízo de mérito.

“Essas considerações suscitam relevantes dúvidas quanto à validade, em tese, da PEC nº 215/2000, tendo em vista não só os direitos dos índios, mas também outro direito fundamental – a proteção aos direitos adquiridos (CF/88, art. 5º, XXXVI) – e, possivelmente, até a separação dos poderes, igualmente acolhida como cláusula pétrea (CF/88, arts 2º e 60, § 4º, III). Por todas essas razões, é plausível a alegação dos impetrantes de que a proposta impugnada não poderia ser objeto de deliberação”, diz Barroso.

O ano de 2015 promete tensões inéditas. Se, em sua nova legislatura, o Congresso seguir se prestando à violação de direitos fundamentais, estará emitindo uma declaração de guerra contra populações indefesas e não representadas nas instâncias de decisão política, mas que estão conscientes dos seus direitos e não assistirão passivamente ao seu esbulho.

**PELA REJEIÇÃO DA PEC 215 E DEMAIS APENSADAS !!!**



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

## **MPF se manifesta contra a “privatização” da saúde indígena**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.12.2014

*Entidades e lideranças indígenas também protestam contra a tentativa do Ministério da Saúde de criar o Instituto de Saúde Indígena*



Conselhos Indígenas relatam pressão por aprovação da proposta de criação do INSI que, segundo eles, representaria a “privatização da saúde indígena”. Foto: Mayke Toscano

Por Marcelo Pellegrini, na Carta Capital

O Ministério da Saúde pretende enviar ao Congresso Nacional ainda neste ano o projeto de lei que institui a criação do Instituto de Saúde Indígena (INSI). O novo órgão é a aposta do ministério para solucionar os entraves enfrentados pela saúde indígena e modernizar sua gestão. A pressa para a aprovação da proposta e o formato do novo órgão, no entanto, geram desconfiança e críticas por parte de entidades indígenas e do Ministério Público Federal.

Segundo a proposta, o INSI seria um serviço social autônomo de direito privado, com funcionamento semelhante às fundações Sesc e Senai, por exemplo. Em outras palavras, o INSI seria uma instituição sem fins lucrativos, mantida com recursos da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, que prestaria atendimento de saúde aos índios. Sob esta configuração, o instituto não seria obrigado a cumprir as exigências dos processos públicos de licitação, contratação de profissionais via concurso público e não estaria sob a jurisdição da Justiça Federal, o que impediria investigações do MPF. Formalmente, o INSI seria contratado pela Sesai para executar as políticas estabelecidas pela secretaria.

A intenção do ministério é melhorar o atendimento aos povos indígenas, mas a terceirização de serviços é vista por entidades como um atestado da ineficiência da Sesai durante seus quatro anos de funcionamento. “Será criado um novo instituto e de direito privado para fazer as mesmas coisas que a Sesai deve fazer hoje, e não faz”, afirma Cléber Buzzato, do Conselho

CONT.



Missionário Indigenista (CIMI). A subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, concorda com Buzzato. "É um problema de gestão. A culpa não é da lei ou do SUS, que são aplaudidos internacionalmente, tampouco do orçamento", afirma. Entre 2011 e 2014, o orçamento da Sesai triplicou. Em números absolutos, a verba destinada ao órgão saltou de 326 milhões de reais para 1,045 bilhão de reais. Contudo, segundo levantamentos do CIMI, apenas 7,5% do orçamento de 2014 para a estruturação da saúde indígena foram executados pela Sesai.

#### Corrupção

A proposta também é criticada pois a Secretaria de Saúde Indígena, apesar de sua criação recente, já possui suspeitas de corrupção em seu histórico. Em setembro, o Ministério Público Federal deflagrou a Operação Frota, que investigou suspeitas de fraude em uma licitação para fornecimento de transporte de indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena, na Bahia. De acordo com os procuradores, o prejuízo aos cofres públicos seria de, pelo menos, 6,4 milhões de reais.

O caso chocou pois a Sesai foi criada justamente para evitar casos de desvios de dinheiro público. "Quando a saúde indígena foi transferida da Funasa [Fundação Nacional de Saúde] para a Sesai buscava-se justamente escapar dessa cilada. A intenção era livrar o órgão do comprometimento com lideranças partidárias e indicações políticas que incentivam corrupção", relembra a subprocuradora-geral, Deborah Duprat.

A preocupação agora, segundo Duprat, é que a criação do INSI dificulte a fiscalização dos recursos, uma vez que a Justiça Federal não tem permissão para investigar um serviço social autônomo de direito privado, como seria o caso do instituto. Além disso, Duprat defende que a função desempenhada pelo instituto seja inconstitucional. "A Constituição Federal não proíbe que empresas privadas auxiliem o SUS com recursos próprios, mas proíbe que essa atuação complementar seja realizada com recursos públicos", explica. "Não podemos impedir que o Congresso discuta [a criação do INSI], mas se vier a ser aprovado acionaríamos o procurador-geral e entraríamos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade", adianta a subprocuradora-geral.

#### Processos simplificados

A Sesai discorda da interpretação de Duprat. De acordo com Antonio Alves, secretário especial de saúde indígena e responsável pela Sesai, o instituto é permitido pela Constituição e a Advocacia-geral da União (AGU) já se manifestou a seu favor. "O argumento de que a atuação complementar não pode ter recursos públicos não é válido. A própria saúde complementar [planos de saúde] do servidor público é paga com dinheiro público", diz Alves.

A principal justificativa para a criação do instituto é burlar a burocracia na administração federal, que, segundo Alves, é incapaz de atender às especificidades indígenas. Para ele, hoje, os processos licitatórios demoram muito e prejudicam as comunidades. "As empresas ganham, mas não conseguem realizar o trabalho por dificuldades logísticas e desistem da licitação. Às vezes, o custo em entregar um remédio em uma aldeia no Amazonas é mais caro do que o próprio remédio", argumenta.

CONT.



Alves afirma que outra vantagem da criação do instituto seria facilitar a contratação de profissionais. "A rotatividade de profissionais é muito alta", reclama o secretário da Sesai. "Médicos trabalham um ano ou dois e depois desistem. Para repor esse profissional existe muita burocracia". Segundo ele, o INSI, em um primeiro momento, seria capaz de acelerar as contratações. Em longo prazo, o instituto poderia abrir caminho para a criação de um "ProUni indígena", um programa do governo federal destinado a incentivar o acesso de índios ao Ensino Superior. "O ideal seria construir uma política de recursos humanos e capacitação dentro das aldeias para criar profissionais localmente", explica Alves. "O problema é que as regras do concurso público não nos permitem dar prioridade ao indígena no processo de contratação ou nos exigir conhecimento de língua ou cultura de alguma etnia indígena", lamenta.

Por outro lado, para a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, burlar a burocracia se traduz em burlar processos licitatórios desenhados para evitar a corrupção. "O modelo de criação do INSI parece uma estratégia para fugir aos princípios da administração pública, como a licitação, os limites de gastos e a contratação de profissionais, por exemplo". Além disso, para o MPF, nada garante que o INSI não sofrerá as mesmas dificuldades para a contratação de profissionais que o governo vem sofrendo.

#### Barganhas por apoio indígena

A proposta de criação do Instituto de Saúde Indígena foi apresentada aos Conselhos Distritais de Saúde Indígena. De acordo com Antonio Alves, a proposta não enfrentou resistência em nenhum órgão, pelo contrário, houve apoio. "Dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 29 aprovaram e outros cinco, por terem uma população maior, ainda estão debatendo com as lideranças". Para ele, a concretização da medida é uma questão de tempo. "A cada dia que passa, a proposta recebe mais apoio".

Não é assim que pensa Gecinaldo Xukuru-Kariri, liderança do povo Xukuru-Kariri, baseado no município de Palmeira dos Índios, em Alagoas. De acordo com ele, o Conselho Distrital de Saúde Indígena de Alagoas e Sergipe já se manifestou contrário ao INSI. "A Sesai apresentou a proposta do INSI dizendo que ele seria a solução para o caos da saúde indígena, que a culpa é do formato de licitação", conta. "Assim eles enganaram muitos índios e os que eles não conseguiram enganar, cooptaram transformando lideranças dos conselhos distritais em servidores da Sesai", denuncia.

Além dos conselhos de Alagoas e Sergipe, o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Litoral Sul também rejeitou a proposta. "Sabemos que muitos Condisi cederam a estas pressões e ao jogo sujo de aprovar a qualquer custo a criação do instituto, mas pensamos na coletividade, não em possíveis cargos ou promessas impossíveis de serem cumpridas. A pressão e a tentativa de empurrar de qualquer jeito a proposta para aprovação neste conselho não terá efeito, mesmo com tentativas descaradas de barganhas e troca-troca em busca de um documento de apoio", afirmam em nota.

Segundo Xukuru-Kariri, o INSI eximiria a responsabilidade do governo federal com a saúde indígena e privatizaria o setor. Além disso, a os conselhos que aprovaram o projeto, diz ele, o fizeram com uma série de condicionantes. "A proposta deveria ter sido exposta e discutida na

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

5ª Conferência de Saúde Indígena, que aconteceu em dezembro de 2013, mas o governo preferiu esperar ela acabar e submeter tudo aos conselhos, que estão em parte aparelhados”, afirma.

A previsão dentro da Sesai é de que até março de 2015 o INSI já esteja aprovado pelo Congresso Nacional.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que, se concretizada a criação do Instituto de Saúde Indígena, “todas as contas do instituto serão analisadas pelo conselho administrativo do INSI, pela Sesai e pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus)”. Ao mesmo tempo, “os recursos financeiros aplicados pelo INSI também passarão por controle externo e interno de órgão como Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU)”.



## **UnB oferece bolsa de mestrado a indígenas e quilombolas**

SÍTIO EDITAIS DE CULTURA, 14.12.2014

Mariana Tokarnia  
Da Agência Brasil

A Universidade de Brasília (UnB) abriu inscrições para o curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Esta será a segunda turma. O diferencial do mestrado é que metade das vagas é destinada a comunidades tradicionais, todas com bolsa de estudo. Na primeira edição, a reserva foi apenas para estudantes indígenas. Nesta, as bolsas serão estendidas a quilombolas.

O curso tem duração de 24 meses e carga horária de 420 horas. São oferecidas 30 vagas, sendo 15 destinadas exclusivamente a candidatos autoidentificados indígenas e quilombolas residentes no país. As inscrições podem ser feitas até 16 de fevereiro de 2015. O edital está disponível na internet.

"[A pós-graduação] é justamente o ambiente onde se produz conhecimento na universidade e se projeta esse conhecimento para a sociedade, um espaço de construção do pensamento. Acharmos que é estratégico ocupar esse espaço e fazer com que ele represente a diversidade cultural do Brasil", diz a coordenadora do mestrado, Mônica Nogueira. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,18% dos mestres no país são brancos.

"Acredito que aqui vão se formar mestres, pessoas que virão com um saber, desenvolver a confluência do saber cultural com o saber acadêmico e voltar com esse saber, vamos dizer resignificado e com a solução de alguns problemas enfrentados pelas comunidades", disse Antônio Bispo dos Santos, liderança quilombola, no lançamento do programa.

A indígena do povo xavante de Mato Grosso Samantha Ro'Otsitsina graduou-se mestra na primeira edição do programa: "Sempre fui muito atuante nas questões de direitos indígenas. Com o curso, pude qualificar a minha atuação", disse. De acordo com o IBGE, são 818 os indígenas mestres, 0,1% do total dessa população .

O público-alvo é formado por profissionais vinculados a instituições que promovam a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais, como associações de base comunitária, organizações não governamentais de assessoria, redes de representação e articulação política ou órgãos de governo das esferas municipal, estadual ou federal. É precioso ter graduação em áreas ligadas à questão. A seleção ocorre ao longo do mês de março de 2015 e as aulas começam em abril.

As bancas examinadoras contarão com a presença de indígenas e quilombolas.

<http://www.sul21.com.br/jornal/unb-oferece-bolsa-de-mestrado-a-indigenas-e-quilombolas/>



## Os prefeitos da Paraíba ignoram as comunidades quilombolas

SÍTIO QUILOMBOS DA PARAÍBA, 14.12.2014



João Rafael Lima (MPF Patos) - José Godoy Souza (MPF João Pessoa) - Gilberto Soares (Secretaria da Mulher)



Francimar Fernandes - AACADE

Nos dias 10 e 11 de dezembro teve uma reunião de trabalho no município de Conde: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS. O encontro foi organizado para favorecer o diálogo entre os representantes das comunidades quilombolas da Paraíba com os Prefeitos dos 24 municípios onde se encontram os 38 quilombos com a mediação do Ministério Público. Infelizmente nenhum prefeito apareceu, mas o encontro foi igualmente proveitoso porque os quilombolas puderam se expressar livremente e ilustrar os numerosos problemas aos representantes do Ministério Público.

Nesta entrevista Francimar Fernandes que participou ativamente a todo o encontro propõe o ponto de vista da Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes – AACADE.

Entrevistador: Estamos aqui com Francimar Fernandes da AACADE, Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes da Paraíba; ela acabou de participar do encontro das comunidades quilombolas com os representantes do Ministério Público, este evento aconteceu nos dias 10 e 11 deste mês e a nossa primeira pergunta é: como surgiu a ideia deste encontro?

Francimar: Inicialmente foi a partir de uma visita do Ministério Público na comunidade de Fonseca que viu toda aquela situação e convocou a Seppir, secretaria especial da desigualdade racial, para que comparecesse também na comunidade pra ver como mudar aquela situação. Então veio o senhor Ronaldo da Seppir, que junto ao Ministério Público e outros órgãos do Estado fez esta visita na comunidade e posteriormente teve uma reunião com o Ministério Público Federal em João Pessoa que viu a necessidade de convocar os outros gestores para coletivamente conversar sobre a situação das comunidades. A gente tinha também no mesmo momento articulado um encontro estadual quilombola, mas em uma reunião conjunta decidimos juntar o nosso encontro, que tinha outras pastas, com o do Ministério Público pra

CONT.



discutir com as comunidades de todo o Estado os problemas e as possíveis soluções junto aos gestores.

Entrevistador: De fato o Ministério Público convidou os prefeitos dos 24 municípios onde se encontram as 38 comunidades, mas infelizmente nenhum deles apareceu; isto provocou uma grande indignação e desconforto por parte dos quilombolas presentes. Você acha, Francimar, que este descompromisso, esta ausência dos prefeitos prova de fato a falta de comprometimentos deles com as comunidades quilombolas?

Francimar: Já era um pouco esperado por muitos de nós que já vimos participado de outros encontros, outros chamamentos pelo Governo para os prefeitos das cidades, foram três chamadas que o Estado fez através várias secretarias para discutir e eles não apareceram, a última que teve apareceu apenas um gestor de um município e não houve a reunião. Então a gente esperava já e mesmo havia insistido que talvez pela chamada do Ministério Público talvez aparecessem... e realmente teve um desconforto muito grande por parte da maioria dos representantes que vieram de todos os municípios onde tem comunidades, e mostrou o que a gente já vinha discutindo este descompromisso mesmo, esta falta de atenção por parte da grande maioria, quer dizer dizer 90% dos municípios que tem comunidades tem esta postura. Então foi desagradável mas houve numa recondução de todo o encontro até que no final teve um avanço.

Entrevistador: Mas a falta dos prefeitos por outro lado, além de uma reação de desconforto, provocou uma tomada de posição por parte dos quilombolas que sabem agora com quel podem contar; qual é a tua avaliação final?

Francimar: Quando se viu que realmente os gestores não chegaram, além de eles não virem, mandaram apenas seis ou sete representantes de municípios, isso realmente revoltou e foi tomada uma decisão por parte dos quilombolas de não dialogar com os poucos representantes que tinham; esta foi uma decisão coletiva e inicialmente os quilombolas queriam se retirar e pediram a retirada dos representantes dos municípios porque eles não queriam dialogar com representantes que vieram sem saber de que se tratava representando as prefeituras mas não representavam o gestor para dialogar, não tinham autonomia para qualquer decisão que fosse tomada ali. Então isso marcou todo o encontro, mas no final a gente reconduziu a finalidade do encontro que era o dialogo do Ministério Público com as comunidades, então o encontro foi marcado por este objetivo e foi positivo porque se conseguiu fazer uma grande audiência do Ministério Público com todas as comunidades quilombolas da Paraíba. Foi feito o levantamento dos problemas e isso vai gerar a abertura de vários processos.

Entrevistador: Foi frisado com muita força a situação da comunidade de Fonseca, a dramaticidade da situação, então fale um minutinho desta situação de Fonseca no município de Manaíra e também a respeito da construção das casas, eram previstas quase 200 casas, em que pé está de fato a tramitação da construção das casas.

Francimar: A comunidade quilombola de Fonseca, município de Manaíra, representa tudo o que diz respeito a violação dos direitos humanos nas comunidades quilombolas, a partir da

CONT.



moradia, do acesso a comunidade, a questão da água, habitação, educação, sintetizando uma violação que a gente vem denunciando há muito tempo. Com relação a habitação é uma longa história, um processo que se arrasta desde 2010 e que hoje se encontra numa situação que a gente achava que ia se resolver em agosto, setembro, outubro, a gente tinha um desfecho favorável, são quase 200 casas a serem construídas, os processos são todos na Caixa Econômica, até o último momento a Caixa Econômica vinha dizendo que o recurso estava garantido, bastava que as comunidades atualizassem os documento e isso foi feito exaustivamente; todos os processo da Cehap foram para a Caixa Econômica, chegaram na Caixa onde houve uma demora muito grande na análise e findou agora em novembro, numa reunião que tivemos no INCRA, o desfecho foi que o recurso que era previsto, o recurso que tinha desde maio, pela falta de agilidade da Caixa Econômica, este recurso já tinha se acabado, tinha ido para outros segmentos de outras áreas que foram atendidas. Então foi um desgaste muito grande, a gente agora espera que em janeiro, fevereiro, possa ser retomado, que o recurso possa voltar para a Caixa, ou um novo recurso, tipo minha Casa Minha Vida 3, e assim o pedido seja atendido, mas a grande frustração destes anos todos foi a questão da habitação que é urgente. Queria só dizer que neste encontro saíram as principais bandeiras para 2015, os objetivos que o movimento quilombola da Paraíba ele vai conduzir: a questão da habitação, território, saúde e infraestrutura, infraestrutura que tem vários aspectos, acesso, água, estradas; foram tirados os pontos essenciais para o 2015.



## **243 agricultores serão expulsos de área indígena em Montes Altos**

SÍTIO CAIO HOSTILIO, 14.12.2014

*Prazo termina dia 31 desse mês; produtores rurais participam nesse domingo (14), às 9h, de reunião para discutir a situação*

Montes Altos - A Justiça Federal fixou o prazo até o dia 31 desse mês, a ser respeitado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para que colonos que ainda se encontram no interior da área demarcada, se retirem das terras que ocupam na reserva indígena Krikati, em Montes Altos. "A concessão desse prazo não autoriza o retorno das pessoas-famílias que já tenham se retirado da área", explica o juiz federal substituto, Walisson Gonçalves Cunha.

Ele também determinou expedição de ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que tome conhecimento da situação das famílias carentes que estão sendo desassentadas, e, se assim entender, promova o cadastramento e inscrição em programas de reforma agrária.

"Determinei ainda a expedição de ofício ao Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, levando ao seu conhecimento a situação de risco das famílias e, promova, junto aos órgãos estatais competentes medidas que entender necessárias à garantia dos direitos fundamentais das famílias que serão retiradas da área indígena", assinalou.

Nilton Paixão Gomes, o Nil Gomes, da comissão de Assuntos Indígenas, observa que a Funai não sinalizou quando irá indenizar às famílias que serão retiradas da área indígena, bem como o Incra ainda não localizou uma gleba para o reassentamento das famílias de produtores rurais de Montes Altos.

"Essa reunião será realizada nesse domingo (14), às 9h, na Câmara Municipal, para que medidas judiciais sejam adotadas nesse processo de desintrusão, recorrendo da decisão proferida, acreditando mais uma vez na justiça para que prevaleça o bom senso, pois a maioria dessas pessoas não tem para onde ir e não estão recebendo indenização", ressaltou.

Ele comenta que participou de reunião na residência do senhor Manoel Soares, de 83 anos, que teve os pais nascidos e enterrados nessa área, mas a Funai alega que esse cidadão está de mal. "Esse é somente um exemplo, de muitos, que podem ser prejudicados por decisão da Funai", asseverou.



### **Em aldeia no Rio, índios guarani mantêm sua própria língua**

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 14.12.2014

*Em uma área de proteção ambiental, localizada a pouco mais de 50 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, um grupo de cerca de 60 pessoas mantém uma tradição milenar. Nesse lugar, em meio a casas de barro com teto de sapê e construções simples de madeira, o português quase nunca é ouvido.*

A Aldeia Mata Verde Bonita, construída no início de 2013, no município de Maricá, abriga cerca de 20 famílias Guarani Mbyá, originárias de Paraty, no sul fluminense. No local, a língua franca é a variedade mbyá do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas (e até não indígenas) no Sul e no Centro-Oeste do Brasil e em países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai.

Das coisas mais simples, como pedir um objeto, até as mais elaboradas, como a prática de rituais e festas, tudo é feito por meio do guarani. “A gente só usa o português para fazer contato com o que a gente chama, na linguagem indígena, de juruá ou homens brancos. Usar o guarani é uma maneira que a gente achou de reforçar nossa raiz”, afirma Darcy Tupã, uma das lideranças da aldeia.

Outra liderança da aldeia, Miguel Veramirim, diz que a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani. Apenas quando elas têm cinco ou seis anos, elas começam a aprender o português, seja por causa da televisão seja pelo contato com visitantes.

“A gente está muito perto da cidade. Se a gente estivesse na Amazônia, seria mais fácil [evitar o contato com o português]. Mas aqui perto da cidade, a gente tem que lidar com outra língua. Para quem mora perto da cidade, é importante saber falar a outra língua [o português] também.

Mas ao mesmo tempo, é aí que mora o perigo de perder nossa língua”, diz Veramirim, que também aprendeu a língua portuguesa por meio da televisão e do convívio com os juruás.

Além disso, segundo Veramirim, há palavras da língua portuguesa que tiveram que ser incorporadas ao léxico guarani porque não há correspondentes na língua indígena, como geladeira, papel, caneta e banheiro. “A gente tem que usar a língua portuguesa para se referir a palavras como 'banheiro'. Não adianta a gente inventar uma palavra, porque não existe. A gente não tinha essas coisas antigamente. Para artesanato, por exemplo, eu posso usar ajaka, na nossa própria língua, porque isso já existia [na nossa cultura]”, diz.

Por enquanto, as crianças não frequentam a escola. A ideia dos guaranis é trazer uma escola para dentro da aldeia, mas a unidade terá que ser diferente das demais unidades da rede pública, para se adequar às demandas da comunidade.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

Para Tupã, a maior ameaça para a perda da língua e da identidade indígena como um todo é a perda da terra. "O grupo tem que estar estruturado em um lugar onde ele possa ter oportunidade e tranquilidade de preservar e praticar nossa cultura. Se a comunidade indígena não tiver uma área adequada, uma área saudável, acredito que ela não terá essa oportunidade de sempre usar sua língua materna, sua cultura e seus rituais", diz.

Fonte: Agência Brasil



---

**Ações da administração leva melhorias pra comunidade indígena**

SÍTIO A GAZETA NEWS, 14.12.2014

As ações realizadas nas comunidades indígenas do município de Tacuru tem tornado visíveis a todos, hoje além da assistência direta através da secretaria de assuntos indígenas a traves do secretario Peterson

Mais a administração também mantem o departamento de assuntos indígenas com o chefe Iremar Nogueira que juntos atuam nas necessidades das duas aldeias a Jaguaíre e Sassoró, na ultima semana o prefeito juntamente com o chefe do departamento de assuntos indígenas estiveram na aldeia Sassoró onde o prefeito destinou ordem de serviços imediatos na recuperação de uma ponte no centro da aldeia e visitou locais onde estão sendo recuperados diversas estradas dentro da aldeia, o prefeito tem buscado

Atender sempre que possível a comunidade indígena sabendo ele das necessidade e dificuldades ali presente, além da secretaria de assuntos indígenas toda a administração setores departamentos e secretarias tem voltado uma atenção especial a sua aldeias do município de Tacuru.

Fonte: Assessoria Prefeitura



## **Comunitários acusam prefeitura de forçar acordo com Associação Quilombola do "Canhão"**

SÍTIO BLOG DO PATROCÍNIO, 15.12.2014

*Uma reunião que aconteceu no sábado, 06, no bairro Área Verde, em Santarém, marcou mais um capítulo na questão de propriedade de terras entre famílias tradicionais da Grande Área do Maicá e membros da Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Arapemã Residentes no Maicá (AMRQARM).*

Durante a reunião, dezenas de comunitários acusaram a Procuradoria Jurídica do Município de Santarém de forçar um acordo com os quilombolas.

A Assembléia Geral Extraordinária teve como proposta deliberar sobre um acordo entre a Prefeitura de Santarém, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Associação de Remanescentes do Quilombo Arapemã, conhecido como "Quilombo do Canhão".

Em meio ao debate, a proposta de acordo foi aceita pelo Procurador Jurídico do Município, Dr. José Maria Ferreira Lima, que em audiência na Justiça Federal ignorou o clamor das Associações dos Bairros Área Verde e Pérola do Maicá, diretamente atingidos com a criação do Quilombo do Canhão, assim como de outras lideranças e moradores da Grande Área do Maicá, que indicaram as fraudes cometidas pelo "Quilombo do Canhão".

Por outro lado, o acordo foi rejeitado por unanimidade por cerca de 230 comunitários. Eles reclamaram que a Assembléia mesmo tendo sido realizada a pedido da Prefeitura, nenhum representante do Governo Von compareceu ao debate.

Já em Assembléia ocorrida no dia 30 de novembro último, no bairro Pérola do Maicá, o Procurador Jurídico afirmou que a Prefeitura propôs o acordo com o "Quilombo do Canhão", porque este anteriormente queria uma área de 275 hectares e com o acordo a área seria reduzida para 2,225 hectares.

Já os moradores da Grande Área do Maicá acusam a Prefeitura de tentar o acordo com a entidade quilombola devido a pressão que vem sofrendo, por conta de empresários que querem construir um porto na área, mais que estão impossibilitado devido o terreno está em litígio.

Diante da afirmação do procurador José Maria, membros de duas famílias, que tinham se declarado quilombolas e disseram que chegaram a pensar que suas áreas iriam ser regularizadas em seus respectivos nomes procuraram o advogado que defende a causa dos comunitários e solicitaram que seus lotes fossem excluídos do processo. Os comunitários reivindicaram, também, que o advogado providenciasse que as duas famílias fossem desligadas da associação quilombola, que segundo os moradores presentes na Assembléia, se consolida como uma entidade fraudulenta.

CONT.



**APA:** A Assembléia Extraordinária da Associação dos Moradores do Bairro Pérola do Maicá, realizada no final do mês de novembro, sob comando do presidente Ronaldo Costa, e contando ainda com a presença de diversas outras lideranças da Grande Área do Maicá, entre os quais o Presidente da Associação dos Moradores da Área Verde, Floriano Franco; Associação dos Moradores do Bairro Jaderlandia, Adilson Matos; Associação dos Moradores do Maicá, Ivanilda; Centro Comunitário do Jutaí, Abelardo; Conselho de Pesca de Santarém, Domingos; e a ABMEPA representada pelo seu presidente, Pastor Raimundo, discutiu e aprovou importantes encaminhamentos. Um dos temas aprovados foi a proposta de criação da APA (Área de Preservação Ambiental), com o nome de Bosque João Bianor, em homenagem a um grande morador que reservou sua área praticamente intacta e que em virtude do medo de perdê-la para os “quilombolas” se desfez do imóvel pouco antes de sua morte. A Assembléia se manifestou totalmente favorável principalmente porque já estão praticamente extintas as áreas preservadas em Santarém.

**PROCESSO:** A Assembléia aprovou, ainda, o posicionamento contrário em relação ao acordo feito entre a Prefeitura de Santarém, a Associação dos Remanescentes do Quilombo do Arapemã Residentes no Maicá e o INCRA, no processo judicial em trâmite perante a Justiça Federal. Um dos principais argumentos para que a Assembléia se manifestasse contrária ao acordo é o fato da Associação Quilombola ter sua constituição feita com base em fraudes e falsidades, tendo inclusive um processo na justiça estadual sobre esta questão, onde foi comprovado que documentos e assinaturas foram falsificados para constituição do “Quilombo do Canhão” como é conhecida a Associação de pretensos quilombolas. Em outro momento foi esclarecido pelos presidentes dos bairros Área Verde, Floriano Franco, e Pérola do Maicá, Ronaldo Costa, que diferente do que afirmou o procurador do município, Dr. José Maria Ferreira Lima, os moradores da grande área não podem regularizar seus terrenos perante a Prefeitura, pois foi informado pela Coordenadoria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CHDU), que os documentos dos “portugueses” impedem a regularização, deixando assim os moradores revoltados com a atitude do Procurador que negocia para regularizar área para uma associação quilombola feita fraudulentamente e não ajuda os moradores da grande área a regularizar seus imóveis.

Na oportunidade, foi demonstrado por um morador que a Prefeitura entrou na Justiça para cobrar o IPTU atrasado, porém, não se preocupou em regularizar os imóveis e nem oferecer os serviços básicos que os bairros precisam, como por exemplo, saneamento básico e infraestrutura das ruas.

Via jornal Oimpecto



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

**Oficina sobre PAA e PNAE reuniu quilombolas no interior de Minas Gerais**

SÍTIO PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 15.12.2014

*A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participou de oficina, na terça-feira (9), com cerca de 30 representantes de comunidades quilombolas e líderes de comunidades agrícolas do município de Catuti, interior de Minas Gerais*

O objetivo foi apresentar informações sobre ações federais voltadas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ampliar o acesso das comunidades quilombolas da região aos mercados institucionais.

Os principais produtos da região são grãos, hortaliças e tubérculos. A perspectiva é que as informações repassadas pela oficina atinjam 769 famílias da região. Se os agricultores forem inseridos nos programas, o potencial de investimento pode chegar a R\$ 6 milhões.

O analista do Setor de Operações Comerciais (Secom) da Superintendência da Conab em Minas Gerais, Marco Aurélio de Almeida Macedo, representou a Companhia no encontro.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

**Nepre realiza hoje seminário sobre legislação quilombola**

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 15.12.2014

Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realiza a segunda etapa do seminário temático "Legislação Quilombola: perspectivas legais e sociais no Brasil contemporâneo", hoje (15), a partir das 13h30, na sala 60, segundo piso do Instituto de Educação (IE), campus de Cuiabá. Em pauta, a legislação educacional no Brasil e legislação específica de educação quilombola.

Sob a coordenação da professora Cândida Soares da Costa, do Nepre, o objetivo do seminário é conhecer a história dos povos quilombolas no Brasil. Visa ainda oportunizar conhecimentos sobre os aspectos sociais e culturais relacionados às comunidades quilombolas e estudar a legislação específica de educação quilombola no país.

Os participantes das duas etapas do seminário temático vão receber certificado. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (65) 3615 8447.



---

**Delegado desmente assassinato de adolescente guarani-kaiowá em Caarapó**

SÍTIO MÍDIA MAX, 15.12.2014

O delegado titular da Delegacia de Polícia Civil de Caarapó, Benjamin Lax, desmentiu o assassinato e rapto de indígenas na ocupação do último dia 7, no município a 273 quilômetros de Campo Grande e disse que a história foi inventada.

O suposto assassinato e rapto foram relatados por um dos coordenadores do grupo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Dinho Lopes que bloqueou a BR-262 no início da manhã desta segunda-feira (15), por volta das 6 horas.

Em entrevista ao Jornal Midiamax ele disse que uma jovem indígena foi assassinada durante a ocupação na área Tey Juçu, que fica nas margens da Reserva Indígena Tey'ikue em Caarapó e que na última sexta-feira (12) um dos guerreiros da tribo foi raptado por fazendeiros da região.

"Os indígenas retomaram e foram atacados por fazendeiros. Assassinaram uma jovem indígena de 17 anos no dia da retomada e na última sexta-feira raptaram um dos guerreiros da tribo", afirmou.

Segundo o delegado não houve registro sobre os casos e ele garantiu que as histórias foram "inventadas". "Ninguém registrou as ocorrências, não chamaram os policiais para periciar nada. Colocam a história na mídia, mas ninguém foi à polícia registrar o caso. Essa indígena não tem pai, mãe, nome. Essa história não existe?", assegurou.

Além de desmentir os supostos crimes ocorridos na região, o delegado destacou que recebeu fotos de indígenas armados na área que foi ocupada há 10 dias. "Recebemos essas imagens e vimos claramente uns 30 indígenas com armas longas e revólveres nas margens da estrada", afirmou.



## **Partidos obstruem reunião sobre a PEC de demarcação de terras indígenas**

SÍTIO GELEDÉS, 15.12.2014

Agência Câmara

Por meio de apresentação de questões de ordem e exigências de leitura e discussão de ata, deputados do PT, PV, Psol, PCdoB e PSB estão obstruindo a reunião da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas.

Do: racismoambiental

A reunião foi iniciada no início da noite para análise do relatório do deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR). Embora não tenha sido convocada pelo presidente do colegiado, deputado Afonso Florence (PT-BA), ela está sendo realizada graças ao apoio de 1/3 dos seus integrantes, obtido pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que está presidindo a reunião.

No entanto, parlamentares contrários à PEC questionam a reunião. O deputado Sarney Filho (PV-MA) estranhou a insistência da bancada ruralista em aprovar a PEC na comissão ainda neste ano, já que não terá nenhum efeito prático, pois a matéria ainda precisa ser votada em dois turnos no Plenário. Na opinião de Sarney, isso só serve para despertar a ira dos indígenas.

Já o coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), afirmou que esse assunto já está sendo discutido há muito tempo e está claro que a PEC não pretende tirar direitos dos indígenas.

Há pouco foi permitida a entrada de cinco índios no plenário 5, onde está sendo realizada a reunião, graças à negociação feita pelo deputado Jean Wyllys (Psol-RJ). Devido à confusão ocorrida no início da reunião no corredor de acesso aos plenários das comissões, com gritaria, empurrões e discussão, inclusive envolvendo parlamentares, a segurança havia sido reforçada e algumas pessoas, inclusive indígenas, tinham sido impedidas de entrar na sala.

Segundo uma das representantes dos índios, há dezenas de outros fora da Câmara que foram impedidos de entrar no prédio do Congresso.

Leia a matéria completa em: Partidos obstruem reunião sobre a PEC de demarcação de terras indígenas - Geledés

Follow us: @geledes on Twitter | geledes on Facebook



---

**Abertas inscrições ao Processo Seletivo Indígena na UFRGS**

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 15.12.2014

*Seleção especial oferece vagas nos cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Serviço Social – Bacharelado*

Estão abertas a partir desta segunda-feira, 24 de novembro, as inscrições ao Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas para cursos de graduação no 1º semestre de 2015, conforme edital publicado em 19 de novembro. A seleção é destinada a preencher dez vagas suplementares às ofertadas no Concurso Vestibular 2015, nos seguintes cursos: Administração Diurno, Ciências Jurídicas e Sociais - Direito Diurno, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia Diurno, Pedagogia e Serviço Social – Bacharelado Noturno, com oferta de 1 (uma) vaga para cada um dos cursos. Confira a descrição dos cursos.

Podem concorrer às vagas, estudantes indígenas de todo o Brasil, que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio até a data prevista para a entrega de documentos de acordo com o edital. Na documentação exigida, consta declaração de membro de comunidade ou aldeia indígena. A lista completa pode ser consultada no edital.

As inscrições prosseguem até às 23h59min do dia 23 de dezembro de 2014, realizadas exclusivamente pela internet através do site [www.ufrgs.br/coperse/pseindigenas](http://www.ufrgs.br/coperse/pseindigenas). Aos que não possuem acesso à internet, poderão se dirigir à sede da Comissão Permanente de Seleção (COPERSE), na Rua Ramiro Barcelos, 2574 – Portão K, Bairro Santa Cecília, em Porto Alegre, ou à sede da FUNAI, em Passo Fundo, no horário comercial.

O Manual do Candidato está à disposição dos interessados na página da Coperse. As provas ocorrerão dia 10 de janeiro de 2015, das 14 às 18 horas, nas cidades de Porto Alegre e Passo Fundo, de acordo com opção do candidato no ato de inscrição. Serão aplicados testes de Língua Portuguesa, com 25 questões, e prova de Redação. As vagas integram o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS.



---

**Vestibular Indígena do Paraná acontece nesta quinta-feira, em Guarapuava**  
SÍTIO CENTRAL CULTURA, 15.12.2014

*São candidatos de 24 terras indígenas localizadas em cidades paranaenses.*

Nesta quinta-feira, 505 indígenas participam do 14º Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2015, em Guarapuava.

São 248 mulheres e 257 homens inscritos e, destes, 52 candidatos são de outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Pernambuco.

A Cuia, Comissão Universidade para Índios, é a responsável pela organização do processo seletivo. Dos 41 cursos oferecidos, o que teve maior número de interessados foi o de Pedagogia, seguido de Educação Física e Medicina. Além de se autodeclarar índio, o candidato também precisa de uma carta de apresentação assinada pelo cacique.

Haverá ainda outra forma de avaliação para identificar a capacidade do aluno de dialogar sobre determinados temas, como a capacidade do candidato de comentar os temas propostos no texto da prova de maneira coerente e a capacidade argumentativa e opinativa em relação ao texto lido.

AEN



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

**Integrantes do MST bloqueiam BR-262 em apoio a índios em MS**

SÍTIO GLOBO.COM, 15.12.2014

*Pistas estão totalmente interditadas com congestionamentos de 2 km.  
Manifestantes querem posição do governo sobre terras indígenas.*

Do G1 MS

Cerca de 150 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) bloquearam o trecho da BR-262, em Terenos (MS), na manhã desta segunda-feira (15) em favor dos indígenas, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O bloqueio começou às 6h (de MS). Segundo o MST, os manifestantes esperam que o governo tome posição em relação às terras indígenas. De acordo com o coordenador estadual do movimento, Jonas da Conceição, uma das reivindicações é que a Polícia Federal investigue o sumiço de um índio que ocorreu na semana passada após um conflito entre os índios em Caarapó, região sul do estado.

De acordo com a PRF, as duas pistas da rodovia estão interditadas. Há congestionamentos de dois quilômetros em cada lado da via. Os manifestantes afirmaram que a pista será liberada para alguns veículos em casos emergenciais.



---

**MST encerra protesto em apoio aos índios e libera BR-262 após 4 horas**

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 15.12.2014

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) encerrou o bloqueio da BR-262, em Terenos, no trecho que liga Campo Grande a Corumbá. O protesto durou quatro horas e provocou um congestionamento de cinco quilômetros. De acordo com Dinho Lopes, da coordenação do MST, o objetivo era chamar a atenção da sociedade para as questões indígenas de Mato Grosso do Sul.

A intenção era manter o protesto até a chegada da imprensa no local, mas o coordenador explicou que as lideranças decidiram por fim ao bloqueio porque o clima começou a ficar tenso no local.

“Somos um movimento pacífico, não queremos violência. Nosso objetivo de mostrar as injustiças que vem acontecendo com os indígenas do estado foi cumprido. Queremos apenas trazer as pessoas para um debate”, ressalta.

Durante o protesto o MST liberou a passagem apenas de motoristas idosos e ambulâncias. O grupo pede a intervenção da PF (Polícia Federal) e Força Nacional de Segurança, principalmente na região de Caarapó, a 273 quilômetros da Capital.

“Semana passada dois indígenas desapareceram e apenas o corpo de um deles, o de uma jovem de 17 anos, foi encontrado até agora”, afirma o coordenador. Ele conta que os indígenas participavam do processo de retomada de uma área próxima a Reserva Indígena Tey’ikue em Caarapó que, segundo eles está sendo desmatada por fazendeiros da região.

Dinho explica que área ocupada pelos indígenas já foi demarcada pela Funai (Fundação Nacional do Índio), mas até o momento não há um posicionamento sobre a terra.

O protesto contou com a participação de pelo menos 200 integrantes do MST que moram no acampamento Dorcelina Folador, que existe há dois anos e fica nas imediações da BR-262. A PRF (Polícia Rodoviária Federal) mandou duas equipes para o local e segundo a assessoria de imprensa não registrou qualquer tipo de incidente.



## **Indígenas protestam contra sentença e ação missionária**

SÍTIO CEDEFES, 15.12.2014

*Decisão que considerou indígenas "falsos" é alvo de protestos na Amazônia que visam, também, denunciar atuação de antropólogo missionário*

A sentença de um juiz em Santarém que disse que indígenas do baixo rio Tapajós eram "falsos" e que a terra indígena em processo de demarcação pela Funai era "inexistente", tem sido alvo de intensos protestos na cidade. Assim que souberam do conteúdo da decisão de Airton Portela, os povos do Baixo Tapajós e Arapiuns desceram os rios e ocuparam o Fórum. Diversos movimentos sociais da região se uniram aos indígenas, assim como a diocese de Santarém, a Comissão Pastoral da Terra, a Terra de Direitos, entre outras entidades que assinam o manifesto reproduzido ao final deste post.

A Justiça Federal fechou as portas e negou-se a receber os manifestantes, que pularam o muro e acamparam dentro das instalações. Um #Occupy na Justiça Federal. Durante a noite, foi feita uma cerimônia ritual. Ou uma "suposta" cerimônia ritual, como diria o juiz de acordo com os termos que ele utilizou na sentença para se referir aos "supostos indígenas". Nos cartazes, chamam a Justiça de racista.

Nesse protesto chamou a atenção um cartaz inesperado: dois indígenas portam um cartaz culpando a Mormaii por financiar o "falso antropólogo" Edward Luz. Luz foi contratado pela associação Acutarm, lado oposto aos indígenas no conflito, e elaborou um laudo contra a demarcação da terra indígena. Ele se vangloriou no Twitter por ter produzido os principais argumentos acatados pelo juiz Portela contra os direitos indígenas – mesmo sem ter sido citado na sentença. Os indígenas denunciaram que a Mormaii patrocina uma ação "humanitária" na região em que ONGs ligadas a Luz são beneficiadas, e que isso estaria acirrando ainda mais os conflitos entre as comunidades, e isso repercutiu nas redes sociais.

### **A missão proselitista e os conflitos internos**

Em seu website, a Mormaii diz que "Só uma marca como a Mormaii com espírito de aventura, arrojada e que vence obstáculos, busca atingir aqueles que precisam de ajuda, mas que dificilmente a receberiam devido às distâncias e barreiras naturais". Essa "aventura" da Mormaii é o patrocínio do projeto "Águas da Amazônia", coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o desenvolvimento dos Povos e Comunidades tradicionais (NEP-DPTC) do Centro Universitário de Anápolis, do qual Luz faz parte. Foi Luz quem teria sugerido à Mormaii trabalhar nessa região de conflito através de uma parceria com a missão evangélica Asas do Socorro. Segundo ele, o Baixo Tapajós seria uma "região necessitada".

Assim que a denúncia dos indígenas começou a circular, Luz apressou-se nas redes sociais a defender a Mormaii e atacar os indígenas que protestavam: "não tem nenhum "indigena" nesta

CONT.



foto, mas mestiços militantes q querem ser reconhecidos como tal.#AquiNãoMermão". Luz costuma ser bastante ofensivo e agressivo nas redes contra quem pensa diferente de sua maneira: "please, não deixem esse militonto @felipedjeguaka denegrir vosso trabalho incrível no PA. Façam esse irresponsável responder". E também: "sorte sua q eu não tenho os advogados da @mormaiioficial senão já tinha te assado na justiça" – escreveu ele, com a intenção de incitar a Mormaii a me processar judicialmente para intimidar este trabalho jornalístico, o que, além de tudo, ainda ameaça a liberdade de imprensa e de expressão.

Uma grande confusão no burburinho das redes sociais é a razão dessa aliança. Os indígenas especulam que Luz tenha procurado o investimento da Mormaii para agir em meio ao conflito de que ele mesmo é parte como antropólogo que advoga para um lado. Ao menos, a atuação das missões financiadas pela empresa de surf pode ter tido, até que o caso seja mais esclarecido, um impacto na fomentação dos conflitos e atuação racista na área. É o que informam as lideranças do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), como Dinael Cardoso.

A parceria organizada por Luz que envolve financiamento da Mormaii, a ONG holandesa Terre des Hommes, dona do barco de saúde Abaré, e a missão Asas do Socorro. O contexto da atuação das missões proselitistas na Amazônia, como a Asas do Socorro e da missão do pai de Luz, New Tribes Mission, e a busca por almas para evangelizar, foi objeto de uma longa investigação que publiquei na revista RollingStone.

#### Aventura na selva

Os anos de 2010 a 2012 foram bastante tensos na região da Gleba Nova Olinda, no alto rio Arapiuns. As comunidades contrárias a exploração madeireira, muitas das quais se identificam como indígenas, haviam queimado duas balsas lotadas de madeira em protesto. Queriam o fim da exploração madeireira predatória na região. E o barco de saúde Abaré, que era utilizado pelo Projeto Saúde e Alegria, que trabalha desde os anos 1980 na região, estava em disputa. Foi nesse contexto que surgiu a expedição idealizada por Luz para uma região "necessitada". E essa ação de saúde bucal que ele trouxe para a área, de cunho "humanitário", pode não apenas ter sido o estopim para acirrar conflitos sociais, como para a prática de proselitismo religioso.

Lideranças do CITA, como Dinael Cardoso e João Tapajós, além de outros comunitários entrevistados, disseram que o barco, enquanto funcionou com as missões evangélicas e com a Mormaii, apenas atracava em comunidades evangélicas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, como a Prainha do Maró e a Nova Canaã. Teriam se recusado, inclusive, a atracar em comunidades não evangélicas. Essas ações também teriam sido discriminatórias, atendendo apenas àqueles que não se identificavam como indígenas, o que teria provocado mal estar — de acordo com as lideranças do CITA.

Procurei a Mormaii para ouvir da empresa a sua versão sobre essas denúncias. Liguei diversas vezes, falei com diferentes atendentes, e enviei e-mails solicitando informações. Eu já havia procurado a Mormaii em 2012, quando fui informado, pela primeira vez, pelos indígenas da região, e ouvi dois representantes da empresa que haviam se mostrado "surpresos" e se recusaram a conceder uma entrevista ou enviar um comunicado – apenas divulguei em minha conta pessoal no Twitter a relação da Mormaii com a missão Asas do Socorro.

CONT.



Desta vez, após a sentença e o protesto dos indígenas, procurei, novamente, a Mormaii, e fui atendido por Sacha Juanuk, gerente comercial, que antes de começar a responder perguntas pediu o meu endereço pessoal — o que não é usual na relação entre jornalistas e entrevistados — para “enviar informativos”. Em seguida, pediu 48 horas para se pronunciar, e logo depois passou a responder parcialmente as questões, mostrando-se estar surpreso pela situação de conflito no rio Arapiuns e que envolve a ação da empresa.

“Temos hoje todo um release de um material onde deixa muito claro onde a Mormaii participa, chega e o ônus nesse projeto”, afirmou Juanuk. Pedi para ele enviar o material por e-mail para apresentar nesse texto, o que foi recusado. Algumas informações do projeto podem ser acessadas no website da Mormaii, como na página <http://www.mormaii.com.br/sem-categoria/2012/05/projeto-social-aguas-da-amazonia-em-nova-missao/>

Juanuk disse que não sabia que a área de atuação do projeto social era uma área de conflito na Amazônia. “Nossa filosofia de trabalho é levar qualidade de vida e elevar o nível de consciência dos envolvidos”, disse. E disse duvidar “que a Mormaii tenha envolvimento que possa afetar qualquer ser humano. A Mormaii, pela instituição, pela dimensão, afeta o meio ambiente. Mas não é isso, a nossa atividade principal é outra. A Mormaii não tem conhecimento de que essa é uma área de conflito”, insistiu Sacha Juanuk, não antes sem tecer para mim elogios do “seu bom trabalho de jornalista” através do qual, segundo ele, teria ficado sabendo do protesto dos indígenas. Juanuk afirmou que iria buscar mais informações internamente para responder as questões que fiz, porém ele não atendeu mais as ligações.

#### A Missão

A Asas do Socorro, parceira da empresa de surf, já foi expulsa da Venezuela e do Suriname, entre outros países, acusada de praticar proselitismo religioso. No Brasil, o proselitismo entre povos indígenas também é proibido — e as agências missionárias desse cunho foram expulsas, em 1991, de todas as terras indígenas, durante a gestão do sertanista Sydney Possuelo como presidente da Funai. Um dos fatos que levaram à decisão da Funai foi justamente a atuação da missão evangélica presidida pelo pai de Edward Mantonelli Luz (o antropólogo contratado pela Acutarm), que se chama Edward Gomes Luz e é o presidente da New Tribes Mission no Brasil (NTMB), junto dos Zo'é, indígenas que vivem na Calha Norte do Pará e cujo acesso aéreo se dá a partir de Santarém.

A sede da New Tribes no Brasil fica na cidade de Anápolis (GO), onde também se localiza a Unievangélica, o NEP-DPTC — de Luz filho — e a Asas do Socorro. O contexto dessas organizações missionárias, que integram o guarda chuva da Associação das Missões Transculturais Brasileiras (AMTB) cujas ações são descritas pela Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara e pela Funai como proselitista, está na reportagem O Mercado de Almas Selvagens.

A expulsão da família Luz e a NMTB dos Zo'é foi um duro golpe na vida dos missionários, que nunca desistiram de tentar retornar para a área. Luz filho nunca esqueceu desse trauma, como me disse pelo twitter: “eu morei em STM (Santarém) minha infância e adolescência? Conheço a carência da região faz muito tempo e quero ajudar!”

CONT.



A Funai tem denunciado as investidas da missão New Tribes para tentar retornar para a área indígena e recomendar o proselitismo entre os Zo'é, como em um programa de Luciano Huck na TV Globo. Os Zo'é são considerados um povo "de recente contato" pela Funai. Uma base forte em Santarém poderia ser uma estratégia geopolítica de atuação. É possível, dessa maneira, que trama política e econômica em torno da região da Gleba Nova Olinda, no rio Arapiuns, envolva além de problemas de identificação indígena, exploração madeireira, e a sentença do juiz Portela, mas inclusive relação com a expulsão da New Tribes Mission dos Zo'é, em 1991.

Outro fato relacionado a este conflito é que, em 1991, o Projeto Saúde e Alegria havia feito uma parceria com a Funai para cuidar da saúde dos Zo'é após a expulsão da New Tribes. A situação era de emergência em razão da intensa mortalidade e alta contaminação por gripe e malária que estava dizimando os índios. A missão New Tribes chegou inclusive a ser acusada de genocídio, e o descaso com a saúde dos indígenas era a principal acusação formal da Funai.

Vinte anos mais tarde, nas expedições realizadas pelo rio Arapiuns e que podem ter fomentado ainda mais o rivalidade entre as comunidades, foi utilizado o mesmo barco que o PSA sempre utilizou, o Abaré, um barco bastante conhecido na região. Porém, dessa vez, nas mãos do projeto Águas da Amazônia da parceria da Mormaii, Asas do Socorro e NEP-DPCT. Ao contrário de seus usos anteriores, no Abaré, durante essas expedições, novamente de acordo com as lideranças do CITA, a saúde teria sido promovida seletivamente, apenas para pessoas de uma certa categoria étnica, ou seja, que não se identificavam como indígenas.

A sentença de Portela, que segue o argumento de Luz, pode ter colocado mais gasolina nessa disputa que aparentemente vai além de terra e de madeira – mas também de almas. Dada Borari, uma das principais lideranças indígenas da região, é ameaçado de morte e tem sido vítima constante de difamação, seja pelo trabalho do antropólogo contratado por seus inimigos, seja até pela já citada matéria da revista Veja que expunha Dadá, ou mesmo agora, por um juiz federal. Há um temor na região de que a sentença venha a desencadear mais violência física nesse conflito e resultar em mortes.

Antes de terminar este texto liguei novamente para a Mormaii, na tarde da quinta-feira 11 de dezembro, para ouvir a versão da empresa sobre essa acusação de lideranças do CITA de que o projeto Águas da Amazônia teria discriminado as pessoas indígenas, mas Juanuk limitou-se a dizer que a "Mormaii vai publicar um comunicado no site" e desligou o telefone.

Abaixo, uma carta dos movimentos sociais de Santarém

#### CARTA CIRCULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS

Nós, povos indígenas de diversas etnias como: Arapiun, Arara-vermelha, Apiaká, Borari, Cumaruara, Jaraky, Maytapú, Munduruku, Munduruku-cara-preta, Tapajó, Tapuia, Tupinambá e Tupaiú, localizados na Região do Baixo Tapajós, dos Municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no Oeste do Pará, além de contarmos com o apoio de etnias de outras Regiões, COMUNICAMOS à sociedade em geral que, desde hoje (09/12/2014) estamos OCUPANDO o prédio da JUSTIÇA FEDERAL, localizada no Município de Santarém, por prazo indeterminado,

CONT.



como uma forma de protestar contra SENTENÇA JUDICIAL proferida pelo juiz da 2ª VARA FEDERAL, o senhor José Airton Portela, que declara "a inexistência da terra indígena Maró", localizada na chamada Gleba Nova Olinda. O juiz declara em 106 laudas que os indígenas da T.I Maró seriam uma farsa.

Por conta dessa sentença judicial discriminatória, nós, povos indígenas acima mencionados, REAFIRMAMOS nossas identidades indígenas, não aceitamos no decorrer da História e não aceitaremos jamais a violência do branco colonizador, a recusa de nossas crenças, de nossa cultura e de nossos valores. Sabemos que as leis de forma geral não nos favorecem, porém não há lei que possa nos exterminar. Temos clareza que a política implementada pelos governos é anti-indígena e anti-ambiental.

Existimos sim, e sobreviveremos a mais um ataque preconceituoso e racista da elite branca santarena, da imprensa vendida, dos setores do agronegócio, e de políticos ruralistas. Resistimos a todas as adversidades no curso de nossa História com muita luta e dessa vez não será diferente.

Estamos com apoio de vários movimentos e entidades, na certeza que essa batalha será de longa duração. Por fim, tal sentença esta sintonizada com a escalada de violência na qual o nosso povo é submetido por todo o Brasil, assim queremos responsabilizar o Juiz Airton Portela por toda e qualquer violência cometida contra os nossos direitos, territórios e principalmente contra as nossas vidas.

Santarém, 09 de dezembro de 2014.

Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA  
Conselho Indígena Intercomunitário Arapiun/Borari  
Grupo Consciência Indígena  
Comissão Pastoral da Terra – Santarém  
Terra de Direitos  
Diretório Central dos Estudantes – UFOPA  
União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém – UES  
Coletivo Juntos  
Coletivo Feminista Rosas de Liberdade  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Santarém

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/>



**Boletim de Notícias** - Edição nº 223/ 2014

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

---

**Nota em solidariedade aos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul**

SÍTIO CIMI, 15.12.2014

A rede de solidariedade aos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul, vítimas de um lento processo de genocídio pelas vias da não demarcação de suas terras tradicionais, assassinatos, fome, racismo e confinamento, ganhou o apoio da Congregação das Irmãs Franciscanas. Leia nota na íntegra:

Nós, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida do Regional Centro-Oeste (RCO), reunidas em assembleia entre os dias 08 a 11 de dezembro de 2014, manifestamos a nossa solidariedade a todos os Povos Indígenas, em particular aos povos Guarani e Kaiowá.

Em comunhão e solidárias com todas as entidades e alianças apoiadoras desta causa, que ao longo dos anos vem sofrendo descaso e morosidade em proporcionar espaço de vida para estes povos, violando seus direitos à terra que garante a vida e dignidade, assegurando sua cultura, invocamos a Mãe e Padroeira desta Pátria que interceda ao Filho: "Eles não tem mais vinho" (Jo 2,3), neste contexto, eles não têm mais terra.

Solicitamos aos nossos governantes que têm o poder e dever de resolver estas questões de conflitos agrários, que o façam, sem demora e de uma vez por todas, com o olhar de Deus.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2014.

Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida

Regional Centro-Oeste - RCO



---

**Exposição em Cuiabá retrata cultura indígena em telas e peças de cerâmica**

SÍTIO GLOBO.COM, 15.12.2014

*'A'uwe-Araguaia' mostra cultura dos índios do Vale do Araguaia.*

*Exposição pode ser visitada de terça a sexta-feira no Museu Histórico de MT.*

Artistas plásticos homenageiam a região turística do Vale do Araguaia, conhecida pelas belezas naturais e também pela presença marcante de etnias indígenas, na exposição "A'uwe-Araguaia". Além dos quadros, a exposição tem cerca de 60 peças em cerâmica produzidas a partir de elementos da própria natureza, principalmente na coloração das peças. A exposição pode ser visitada de terça-feira a sexta-feira no Museu Histórico de Mato Grosso, no Centro de Cuiabá.

O nome 'A'uwe' simboliza os xavantes. As peças foram produzidas por cinco artistas. Cada um retratou o olhar sobre a cultura. O resultado foi uma diversidade de cores e significados. O articulador criativo do Araguaia de Mato Grosso, Leandro Nery, explicou que cada artista registrou um detalhe da cultura nas obras.

"Essa pluralidade na visão é o que torna a exposição mais rica. São pessoas que se atentam à forma de vida. Outros se atentam aos utensílios, outros se atentam em vários detalhes do cotidiano dos indígenas e isso faz com que nós consigamos mergulhar no universo dessa cultura", disse Leandro.

Os artistas plásticos tiveram olhares diferentes ao retratar a cultura do povo indígena nas telas. Algumas foram pintadas com giz de cera complementando o significado mais espiritual, outras têm um toque contemporâneo nas pinturas com recortes coloridos nas telas. Tem também telas em acrílico destacando as belezas das paisagens do Araguaia.

Além das telas, a exposição conta com várias peças de cerâmica que o público pode comprar. A coloração das peças foi retirada de bambu, jenipapo, urucum, cumbaru e até de banana.

**Filmes sobre a temática indígena serão exibidos gratuitamente nos cinemas**  
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 15.12.2014



Documentário O mestre e o divino será exibido nesta segunda-feira

O Cine Cultura Liberty Mall promove uma iniciativa com carga política ao exibir gratuitamente, até 20 de dezembro, uma série de filmes sobre a temática indigenista produzidos por índios representantes de diferentes etnias ou cineastas que abordaram a questão na ficção e no documentário. O filme desta segunda-feira (15/12) será O mestre e o divino, exibido, às 20h30. Passando ao largo dos elementos do cinema etnográfico, o filme considerado o melhor documentário do 46º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, relaciona o trabalho de três cineastas.

A película aborda a relação do realizador de vídeos indígenas, o xavante Divino Tserewahú com seu mestre, o missionário alemão Adalbert Heide, um entusiasta do cinema de aventura que produziu curtas-metragens em película desde a década de 1950 numa aldeia em Mato Grosso. Tiago Campos Tôres, diretor do documentário, coloca-se como um terceiro personagem ao confessar as dúvidas e angústias de representar a história dos dois dentro do filme.

O cineasta trabalha na organização Vídeo nas Aldeias, ONG responsável pelo ensino e promoção do trabalho de videoastas índios. Segundo Tôres, o objetivo da ONG é promover a democratização do acesso aos meios de produção audiovisuais e apresentar uma faceta dos indígenas que a maioria dos brasileiros desconhece.